Parceiro de divulgação:

ESação

Guia do Eleitor 2026

POLITIZE!

POLITIZE!

Copyright © 2026 by Politize!

Redação:
Ana Paula Furtado
Fabiano dos Santos Lima
Joelmir Cabral Moreira
Layane Henrique

Projeto gráfico:
Marcus Gonçalves

Capa e diagramação:
Jady Soares

O Guia do Eleitor 2026 é um material educativo produzido pela Politize! como parte da campanha Voto Sem Nó. Ele reúne informações para ajudar você a entender as eleições, escolher seus candidatos e exercer seu direito de voto de forma consciente.

Voto Sem Nó é a campanha da Politize! para fortalecer a integridade eleitoral por meio de informações confiáveis, aproximando as pessoas da política e mostrando como as decisões tomadas nas urnas impactam o nosso dia a dia.

Confira mais informações na página oficial da campanha:
https://www.politize.com.br/eleicoes-2026/

SUMÁRIO

01 **INTRODUÇÃO** 04

1.1 Escolher ou deixar escolherem por você? 05
1.2 Calendário: as datas-chave de 2026 07
1.3 Como se preparar para votar 08

02 **DIVISÃO DAS RESPONSABILIDADES** 10

2.1 Diferenças entre os 3 níveis do governo 12

03 **CARGOS NA PRÁTICA** 15

3.1 Qual é o papel de um(a) presidente? 15
3.2 Qual é o papel de um(a) governador(a)? 16
3.3 Qual é o papel de um(a) senador(a)? 17
3.4 Qual é o papel de um(a) deputado(a) federal? 18
3.5 Qual é o papel de um(a) deputado(a) estadual? 19

04 **SISTEMA ELEITORAL** 20

4.1 Sistema de Votação Majoritário 20
4.2 Sistema de Votação Proporcional 22
4.3 Financiamento eleitoral: quem banca? Quais as regras? 23
4.4 Votos brancos e nulos 24

05 **PARTIDOS POLÍTICOS** 25

5.1 O que são e para que servem 25
5.2 Coligações e federações 26

06 **ESCOLHENDO EM QUEM VOTAR** 27

6.1 Defina suas prioridades e conheça os(as) candidatos(as) 29

07 **URNAS ELETRÔNICAS** 31

7.1 As urnas são seguras? 31
7.2 Contagem e totalização dos votos 34

08 **VOTEI, E AGORA?** 36

8.1 Como acompanhar as pessoas eleitas? 37
8.2 Cidadania na prática 39

1. INTRODUÇÃO

Fala, galera!

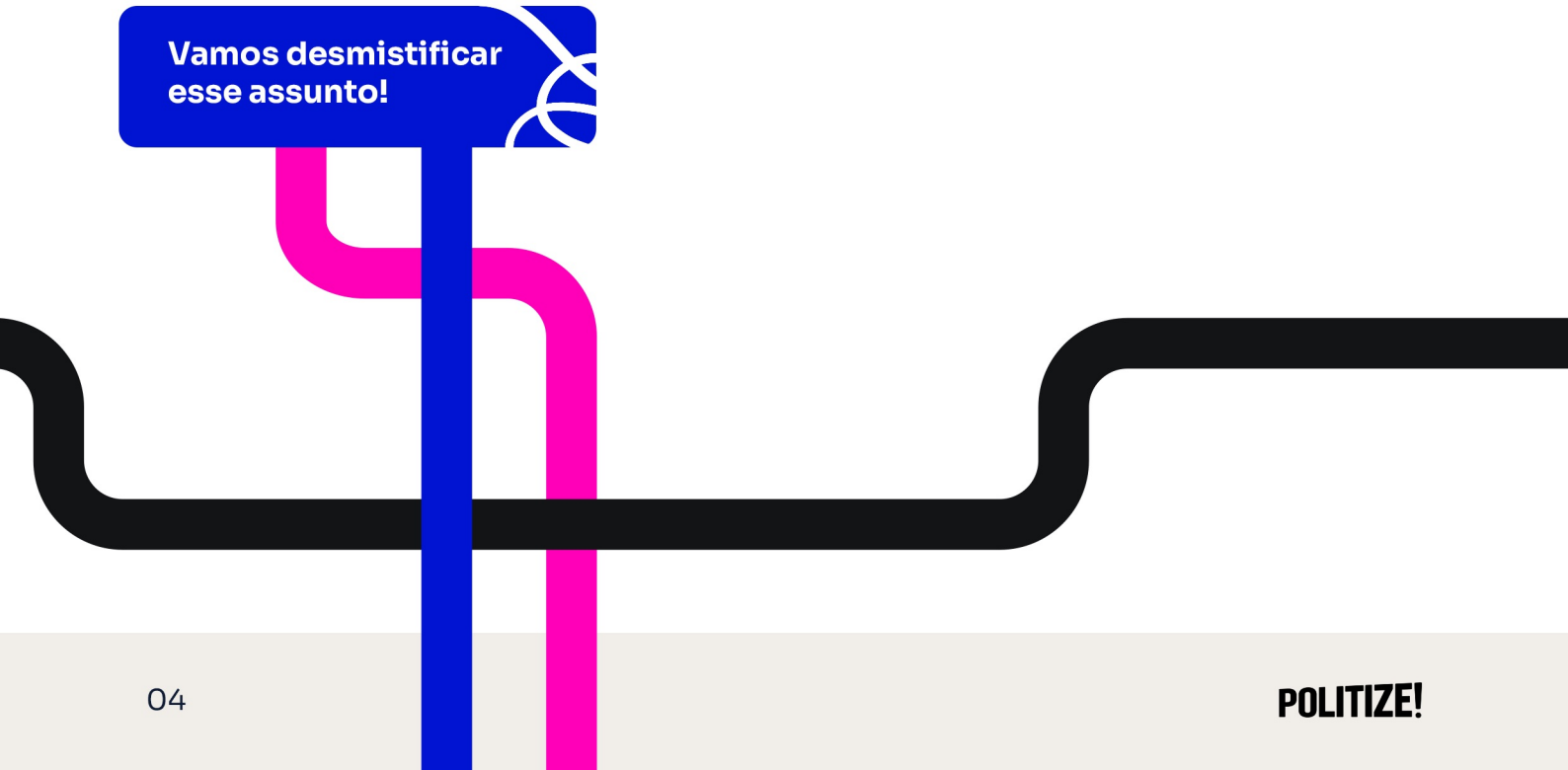
Chegou aquele momento em que as ruas ficam lotadas de panfletos, na TV aparecem algumas figuras bem aleatórias e as redes sociais viram uma verdadeira arena de debates. É chegada a sua hora de escolher quem vai governar o Brasil e o seu estado pelos próximos quatro anos (e, no caso do Senado, pelos próximos oito!).

Mas olha, neste período, vemos um monte de propaganda, "santinhos" e datas importantes, então é preciso estar ligado(a) nas principais informações sobre as eleições gerais para não se perder.

Em 2026, você vota para presidente, governador, senador, deputado federal e deputado estadual (ou distrital, se você mora no Distrito Federal). Ou seja, é a chance de escolher o rumo que você acha melhor para o seu estado e para o país inteiro, de cobrar por soluções e, claro, de exercer seus direitos e botar sua voz para jogo como cidadão e cidadã.

"Mas, Politize!... tem que tirar título de eleitor, pegar fila, escolher candidato(a), lembrar de todos os números... tudo isso em pleno domingo! São muitas etapas para lembrar, vai dar um nó na minha cabeça!"

Fique tranquilo(a)! Foi por isso que a Politize! preparou este guia para te dar uma força de forma leve e divertida, e para apresentar tudo o que você precisa saber para ter um voto certeiro e bem preparado.



1.1
ESCOLHER OU DEIXAR ESCOLHEREM POR VOCÊ?

“O maior castigo para aqueles que não se interessam por política é que serão governados pelos que se interessam.” *(Arnold Toynbee)*

Você já deve ter ouvido alguma versão dessa frase, não é mesmo? Não se interessar por política significa deixar que outras pessoas tomem decisões por você.

Agora, imagine que você e sua família tivessem que escolher um streaming para assistir pelos próximos quatro anos, mas vocês decidem não votar e deixam a decisão na mão de desconhecidos. E aí, eles escolhem aquele aplicativo cheio de anúncio, com metade dos filmes dublados errado e que trava toda vez que a série está no clímax.

Você vai ter que aturar isso todos os dias durante quatro anos só porque não quis participar da decisão. É quase isso o que acontece nas eleições: você não vota e o resto da população decide por você.

“E o que isso tem a ver com política, Politize!?”

Então, sabe aquela fila gigante no posto de saúde, o preço do gás de cozinha subindo, o desemprego batendo na porta, a segurança pública cada vez mais precária? Essas coisas não se resolvem sozinhas. É preciso vontade política, mas essa vontade só vai estar no Palácio do Planalto, nos governos estaduais e no Congresso Nacional, se você colocar quem represente essas ideias lá.

Se você não escolher, ou escolher por impulso e se arrepender, para mudar de novo, só daqui a quatro anos. Então, se prepare para ir à urna e vamos fazer desse rolê um rolê consciente!

E UMA INFORMAÇÃO IMPORTANTE:

Votar é obrigatório no Brasil para eleitores(as) alfabetizados(as), com idades entre 18 e 70 anos.

Para maiores de 16 e menores de 18 anos, o voto é facultativo.

Essa é uma forma de promover maior participação cidadã, uma representatividade justa e fortalecer nossa democracia. Já envie esse guia para um(a) amigo(a) que ainda não entende por que é necessário votar.

Convoca geral!

Quer saber mais?
Clique nos links abaixo.

- Politizar o debate é ruim?
- Importância de se interessar por política
- O que você tem a ver com política

1.2
CALENDÁRIO: AS DATAS-CHAVE DE 2026

Para começar, se liga nas datas das eleições neste ano para não perder nenhum prazo! Você não vai querer fazer igual aos atrasados do ENEM, né? Diferente do ENEM, nesse caso você não vira meme, mas fica em dívida com a Justiça Eleitoral.

Não vai dar bobeira, hein!

- **1º turno:** 4 de outubro de 2026.
- **2º turno:** 25 de outubro de 2026.
- **Diplomação dos eleitos:** até 19 de dezembro de 2026.

1.3
COMO SE PREPARAR PARA VOTAR

Veja abaixo algumas conferências importantes para se preparar antes de votar. Caso você ainda não tenha título de eleitor, infelizmente não será possível votar nesta eleição, já que o prazo para emissão do documento se encerrou em 6 de maio. Mas fique atento para não perder o próximo período de alistamento eleitoral.

Se liga no checklist que a gente montou para você ficar ainda mais preparado(a) para votar!

ANTES DO DIA DAS ELEIÇÕES:

- Confira se seu título de eleitor está em dia.
- Pesquise sobre os candidatos: conheça as propostas e o histórico de cada um.
- Acompanhe os debates eleitorais.
- Complete os quadros “Escolhendo meus candidatos” que disponibilizamos na seção 6 deste guia e escolha seus candidatos de maneira estratégica.
- Confira as datas do primeiro e do segundo turno, caso haja, para não esquecer.
- Baixe o aplicativo e-Título e verifique a localização da sua zona e seção eleitoral com antecedência.
- Documentos em mãos: o único documento obrigatório é um documento oficial com foto.
- Chegue no horário: a votação acontece das 08h às 17h (horário de Brasília).
- Lembre-se de como deve votar para os cargos em disputa:
  - Deputado estadual (ou distrital) — 5 dígitos.
  - Deputado federal — 4 dígitos.
  - Senador, 1ª opção — 3 dígitos.
  - Senador, 2ª opção — 3 dígitos (lembre-se de que este ano você vota em dois senadores!).
  - Governador — 2 dígitos.
  - Presidente — 2 dígitos.
- Anote os números dos seus candidatos (a colinha é liberada!).
- Compartilhe informações com amigos e familiares.

Mas e depois das eleições?

- Caso não tenha votado, verifique os prazos para justificar o voto junto à Justiça Eleitoral.
- Acompanhe o resultado das eleições e veja se os candidatos em quem você votou foram eleitos, especialmente se houver 2º turno para presidente ou governador.
- Pratique sua cidadania! Na seção 8 deste manual, trazemos muitas dicas sobre como você pode fazer isso na prática!
- Mantenha-se informado(a) e atualizado(a) sobre política!
- De preferência com a gente, nos seguindo nas redes sociais e acompanhando nosso portal.

Quer saber mais? Clique nos links abaixo.

- Como ler um Plano de Governo
- Dia Das Eleições
- Como votar domingo: veja algumas dicas úteis

2. DIVISÃO DAS RESPONSABILIDADES

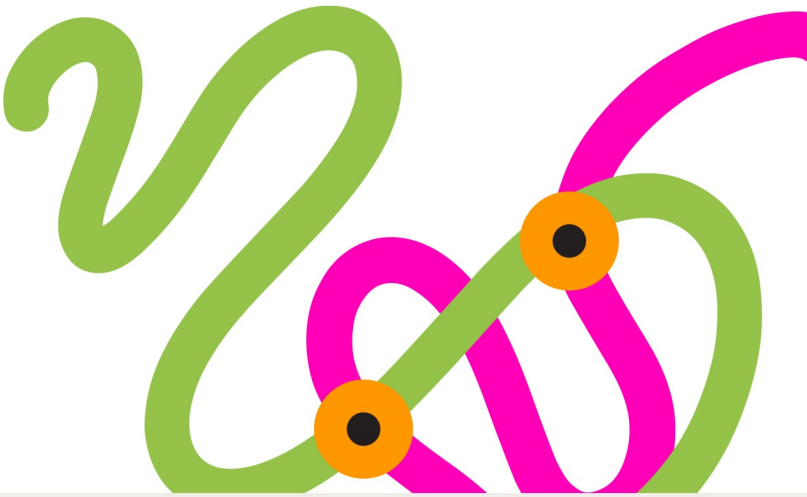
Agora, vamos entender por que a gente precisa votar em tantas pessoas diferentes.

O Brasil é gigaaante! São mais de 8,5 milhões de km²! Caberia aqui quase a Europa inteira (que tem 10,5 milhões de km²). É muita gente dentro desse território que precisa ter seus direitos garantidos e, para dar conta de tudo isso, dividimos as tarefas entre vários cargos, como vereador, prefeito, governador, deputado, senador e presidente.

É impossível governar um país inteiro sozinho(a). É tipo aquele trabalho em grupo da escola: cada um cuida de uma parte, e no final junta tudo para dar certo. Mas, para isso funcionar, antes de começar, o grupo precisa se entender sobre qual é o objetivo do trabalho e como cada parte vai se encaixar no todo; senão, o resultado vira um "Frankenstein", com pedaços que não conversam entre si.
Na política, os "alunos" são os representantes que a gente elege, e nós entramos no papel de professor(a), acompanhando de perto para dar a nota final.

E qual é a nossa forma de avaliar? O voto.

Só que, assim como em qualquer trabalho em grupo, nem sempre todo mundo faz a parte que devia. Às vezes o resultado é nota 10. Mas às vezes um integrante deixa a peteca cair e o grupo inteiro paga o preço. Fica difícil o trabalho ir bem quando só um ou dois se esforçam e o resto só espera a nota pronta, né? Dá uma revolta danada.

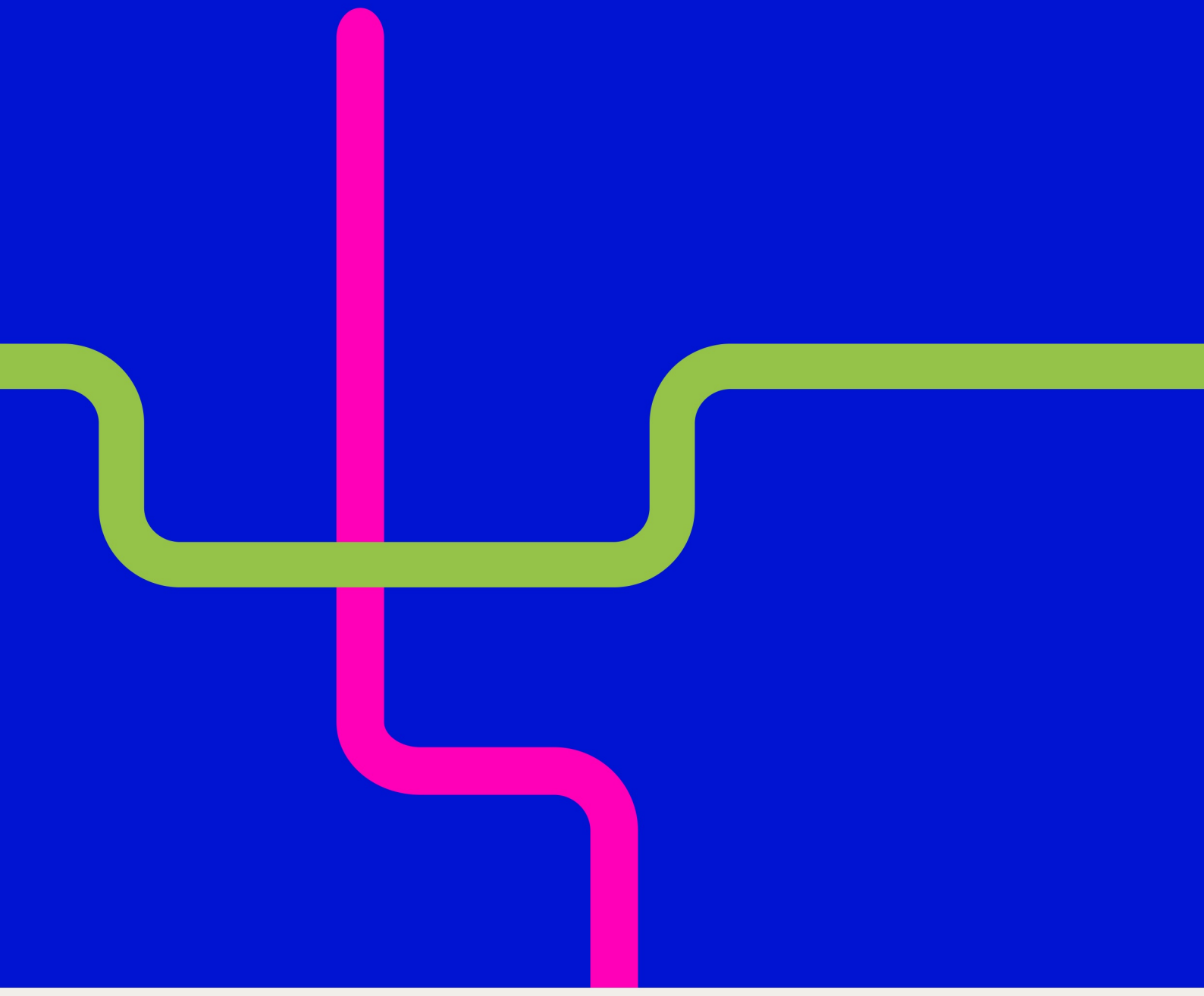


É exatamente essa sensação quando elegemos alguém e essa pessoa não cumpre o combinado, não entrega o que prometeu e trata nosso voto como algo descartável.

2026 é o ano de eleições gerais!

Este ano, vamos eleger presidente, governador, senadores (2 vagas por estado), deputados federais e deputados estaduais/distritais.

Para você dominar qual deve ser o papel de cada um nesse trabalho, vamos mostrar em detalhes quem faz o quê.



2.1
DIFERENÇAS ENTRE OS 3 NÍVEIS DO GOVERNO

Pensa comigo: não teria como o(a) presidente ficar cuidando pessoalmente do policiamento das ruas do seu bairro, não é? Isso é assunto para o governo do seu estado resolver, já que a Polícia Militar e a Polícia Civil são organizadas e comandadas pelo(a) governador(a). Do mesmo jeito, não é um(a) governador(a) quem vai decidir sobre as regras do comércio internacional do Brasil (lembra da taxa das blusinhas?), pois isso é atribuição do Congresso Nacional e do governo federal.

Por essas e outras razões, o Estado brasileiro é uma federação e **possui três níveis de governo.** Cada um deles precisa fazer muita coisa! E, assim como existem diferentes níveis, também existem diferentes impostos para cada um deles. Olha só como fica essa divisão de responsabilidades:

Nível de governo	Órgãos	Cargos	Responsabilidades	Financiamento
Federal	Congresso Nacional; Supremo Tribunal Federal; Presidência da República e Ministérios.	Deputado Federal e Senador; Ministros do STF; Presidente da República e ministros do governo.	Assuntos que afetam o país inteiro, como: Defesa nacional, política externa, sistema monetário, emissão de moeda, política de comércio exterior, legislação sobre direito civil, penal, eleitoral e do trabalho, telecomunicações e radiodifusão.	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto de Renda (IR); Imposto sobre Importação (II); Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Nível de governo	Órgãos	Cargos	Responsabilidades	Financiamento
Estadual	Assembleias Legislativas; Governo do estado e Secretarias Estaduais; Tribunais de Justiça;	Deputados Estaduais; Governadores e secretários estaduais; Desembargadores dos tribunais de justiça estaduais.	Assuntos regionais e complementares à Constituição Federal de 1988, como: segurança pública, educação (especialmente o ensino médio), saúde, transporte intermunicipal, exploração de serviços de gás e instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto sobre Heranças (ITCMD); Repasses do Governo Federal previstos em lei.

Nível de governo	Órgãos	Cargos	Responsabilidades	Financiamento
Municipal	Câmaras Municipais; Prefeitura e Secretarias Municipais.	Vereadores; Prefeitos e secretários	Assuntos de interesse local, como: organização dos serviços públicos urbanos, transporte coletivo urbano, saneamento básico, limpeza urbana, gestão do trânsito, educação infantil e fundamental, licenciamento de estabelecimentos comerciais, planejamento urbano, proteção do patrimônio histórico-cultural local.	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); Imposto sobre Serviços (ISS); Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Intervivos (ITBI); Repasses Governo Federal previstos em lei e de programas federais.

Há vários tipos de competências fixadas pela Constituição (exclusivas, privativas, concorrentes, comuns, residuais e municipais) para cada nível de governo. É uma divisão complexa, mas que faz sentido e pode ser lida em detalhes no Título III da Constituição, intitulado “Da Organização do Estado”.

Para ler, basta clicar no link:

- Constituição da República Federativa do Brasil (senado.leg.br)

CURIOSIDADE:

POR QUE EM 2026 A GENTE VOTA PARA 2 SENADORES DE UMA VEZ?

Cada estado tem direito a três cadeiras no Senado e cada senador tem mandato **de oito anos.** Porém, as eleições gerais acontecem a cada quatro anos, então o Senado nunca é totalmente renovado de uma vez, ele se renova aos poucos, alternando entre **um(a) senador(a) eleito(a) e dois senadores/duas senadoras eleitos(as)** a cada eleição.

Em 2022, foi eleito(a) um(a) senador(a) por estado, renovando um terço do Senado. Agora, em 2026, chegou a vez de eleger os outros dois senadores/duas senadoras por estado, completando os dois terços restantes.

Fique esperto(a) na hora de votar!

O que você gostaria de ver acontecendo no seu estado e no Brasil? Qual candidato ou candidata se alinha melhor às suas ideias? Pense nisso na hora de escolher em quem votar!

Ah, e quando você for votar, não se esqueça de que presidente e governadores(as) não fazem tudo sozinhos(as)! Eles(as) trabalham em conjunto com deputados(as) federais, estaduais e senadores.

Então, você precisa pensar também em quem vai representar suas ideias no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa do seu estado, não só em quem vai comandar o Executivo!

Quer saber mais? Clique nos links abaixo.

- Três níveis de governo: o que faz o federal, o estadual e o municipal?
- Poder Executivo Estadual: o que é e como funciona
- O que é Poder Executivo?
- Poder Legislativo: o que é e como funciona?
- Diferenças entre o legislativo Federal, Estadual e Municipal

3. CARGOS NA PRÁTICA

3.1
QUAL É O PAPEL DE UM(A) PRESIDENTE?

Imagine que você acabou de conseguir seu primeiro emprego com carteira assinada, ganhando um salário mínimo. Esse valor não é definido pela empresa: todo ano, é o presidente quem decide, junto com sua equipe econômica, qual será o novo valor do salário mínimo nacional, e é ele quem envia esse número dentro do orçamento federal para o Congresso aprovar. A mesma lógica vale para outras decisões que afetam o seu bolso como trabalhador, como a criação de programas de primeiro emprego ou mudanças nas regras de contribuição para a Previdência.

O que você pode cobrar do seu presidente?

- Gerir a administração pública federal e escolher os ministros de Estado (como o do Trabalho, responsável por políticas de emprego e Previdência);
- Propor, sancionar ou vetar leis, e editar medidas provisórias;
- Conduzir a política econômica do país (orçamento federal, salário mínimo, impostos federais, política fiscal);
- Comandar as Forças Armadas e definir políticas de defesa e segurança nacional;
- Representar o Brasil nas relações internacionais e conduzir a política externa.

Vale lembrar: problemas como asfalto de rua ou abastecimento de água não são, via de regra, responsabilidade do presidente, e sim do prefeito ou do governo estadual.

3.2
QUAL É O PAPEL DE UM(A) GOVERNADOR(A)?

Imagine que você planeja ir com os amigos a um show ou festival que vai acontecer no fim de semana. Mas, na hora de decidir, vocês acabam desistindo: correm boatos de assaltos na região, o policiamento é insuficiente por ali e ninguém se sente seguro voltando para casa tarde da noite. Quem pode resolver essa questão é o governador, ou seja, o responsável por cuidar das principais forças da segurança pública do estado, como as polícias Civil e Militar.

O que você pode cobrar do seu governador?

- Segurança pública estadual: comanda as polícias Civil e Militar, responsáveis pelo policiamento das ruas e pela investigação de crimes;
- Infraestrutura estadual: rodovias, portos, transporte intermunicipal e interestadual;
- Definir o orçamento estadual (PPA, LDO e LOA), que precisa ser aprovado pela Assembleia Legislativa;
- Administrar o sistema prisional do estado;
- Propor, vetar e sancionar leis estaduais;
- Cuidar de parte da saúde e da educação estaduais, com foco no ensino médio.

Vale lembrar: o governador é eleito na mesma chapa que o vice-governador, que assume o cargo em caso de viagens, afastamentos ou impedimentos definitivos (como renúncia ou cassação).

3.3
QUAL É O PAPEL DE UM(A) SENADOR(A)?

Imagine que você e seus amigos aproveitam a meia-entrada para ir ao cinema ou a shows com mais frequência. Um projeto de lei que amplia esse direito passa na Câmara dos Deputados, mas, antes de virar lei de verdade, ainda precisa passar pelo Senado Federal. É lá que os senadores vão revisar o texto, discutir em comissão e votar se ele realmente deve seguir em frente, podendo inclusive propor mudanças antes de mandá-lo para sanção do presidente.

O que você pode cobrar do seu senador?

- **Legislar:** propor leis e atuar como "câmara revisora" dos projetos que já passaram pela Câmara dos Deputados (como o exemplo da meia-entrada);
- **Julgar:** processar o presidente, o vice e ministros em crimes de responsabilidade (é o rito usado, por exemplo, num impeachment);
- **Aprovar autoridades:** fazer a sabatina e votar a indicação de ministros do STF, do Banco Central, embaixadores, entre outros nomeados pelo presidente;
- Autorizar operações de crédito e definir limites de dívida pública da União, estados e municípios.

3.4
QUAL É O PAPEL DE UM(A) DEPUTADO(A) FEDERAL?

Imagine que você vai ser contratado como aprendiz por uma empresa, com carga horária reduzida e direito à formação profissional garantidos por lei, a Lei da Aprendizagem. Leis como essa, que valem para o país inteiro e criam direitos e programas nacionais para a juventude, nascem e são votadas na Câmara dos Deputados, pelos deputados federais.

O que você pode cobrar do seu deputado federal?

- Legislar no âmbito federal: propor, discutir e votar leis (inclusive mudanças na Constituição) e aprovar ou rejeitar medidas provisórias do presidente;
- Fiscalizar o Poder Executivo federal, com apoio do Tribunal de Contas da União (TCU), e pedir explicações a ministros;
- Aprovar o Orçamento da União, de onde saem recursos para programas nacionais voltados a jovens;
- Abrir Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e autorizar a abertura de processo de impeachment contra o presidente ou o vice.

3.5
QUAL É O PAPEL DE UM(A) DEPUTADO(A) ESTADUAL?

Pense em você prestando o vestibular de uma universidade pública estadual e contando com o sistema de cotas para quem estudou em escola pública. Esse sistema de cotas, assim como o financiamento da universidade, nasce de leis e decisões orçamentárias votadas na Assembleia Legislativa, pelos deputados estaduais.

O que você pode cobrar do seu deputado estadual?

- Legislar sobre assuntos de competência estadual, como tributos e o funcionamento de órgãos do estado, entre eles as universidades públicas estaduais;
- Fiscalizar o governador, julgando as contas do Executivo estadual e abrindo CPIs quando necessário;
- Elaborar, junto ao governo estadual, o orçamento do estado (LOA), de onde sai a verba para programas como o de cotas e o financiamento das universidades estaduais.

CURIOSIDADE: | **O QUE É O DEPUTADO DISTRITAL?**

Se você mora no Distrito Federal, vai notar que na sua urna não aparecem candidatos a deputado estadual nem a vereador. Isso acontece porque o DF não é dividido em municípios, então essas duas figuras não existem por lá.

Quem ocupa esse espaço é o deputado distrital, um cargo exclusivo do Distrito Federal que acumula as funções de deputado estadual e de vereador ao mesmo tempo. Ele atua na Câmara Legislativa do DF (CLDF), legislando sobre assuntos estaduais e municipais e fiscalizando o governador.

Curioso, né? Você já sabia dessa diferença?

Agora que você já sabe quem faz o quê, que tal ir além? Explore o conteúdo abaixo e aprofunde seu conhecimento sobre cada cargo antes de decidir seu voto em 2026.

Quer saber mais? Clique no link abaixo.

- Cargos Políticos

4. SISTEMA ELEITORAL

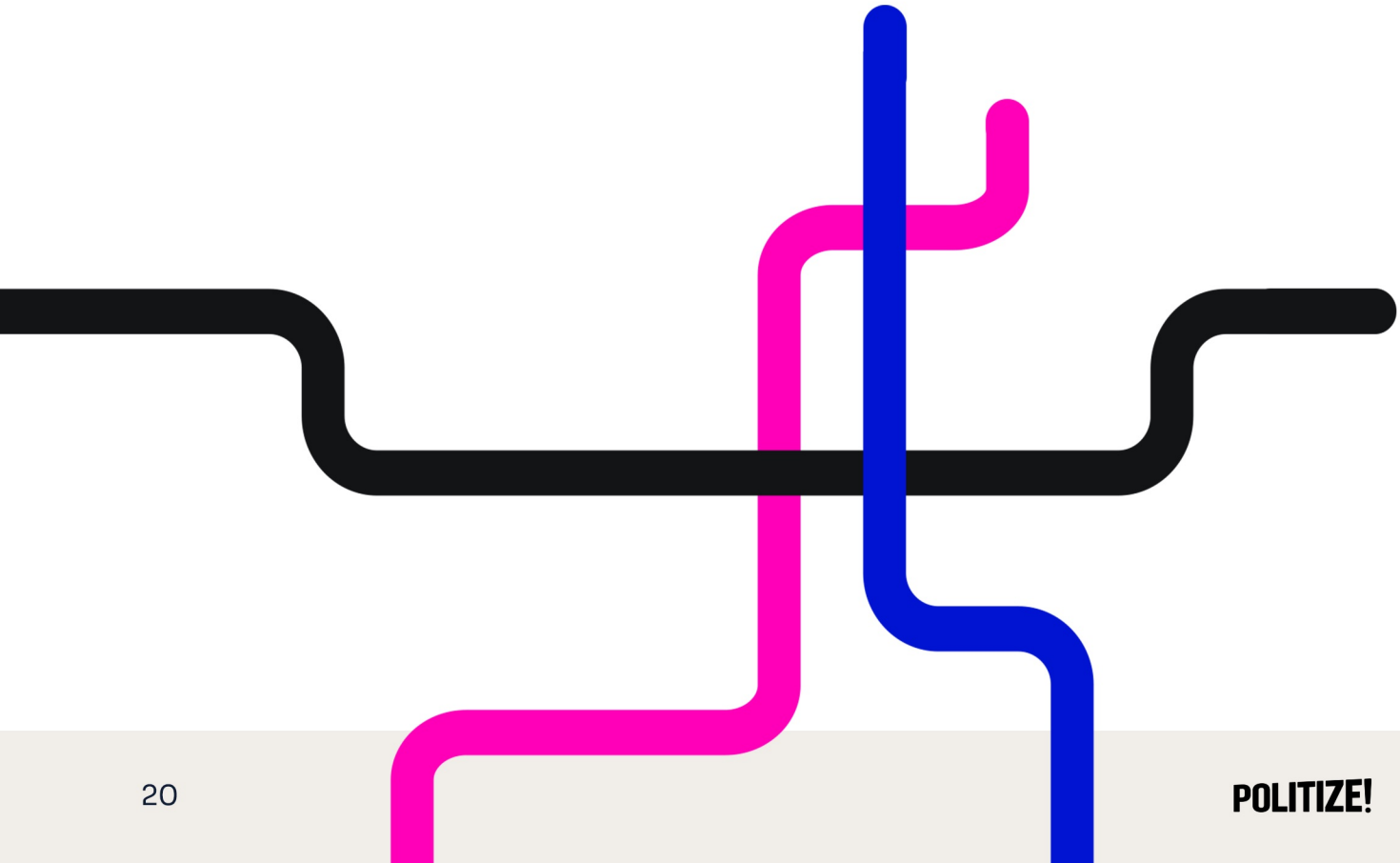
4.1 SISTEMA DE VOTAÇÃO MAJORITÁRIO

Votar é uma forma de participar de uma tomada de decisões coletivas. Sabe quando você e seu grupo de amigos discutem para decidir entre pizza ou hambúrguer no lanche do rolê? Ou quando o Brasil precisa decidir quem sai ou quem fica no BBB? Ou quando você precisou decidir qual grupo representaria melhor sua turma da escola?

Todos os casos são exemplos de processos decisórios e na política brasileira não é diferente: a cada dois anos temos eleições (municipais e gerais). Mas afinal, como nossos vereadores, prefeitos, deputados, senadores, governadores e presidente chegam a esses cargos?

Bom, depende. Vamos começar pelos cargos do Poder Executivo e senadores: eles são escolhidos através do sistema majoritário. A princípio, nesse sistema, o candidato mais votado é eleito, mas vamos passar por alguns detalhes que você precisa estar atento.

No caso de presidente, governadores e prefeitos, será eleito o candidato que conquistar a maioria absoluta dos votos, ou seja, mais da metade dos votos válidos. Caso nenhum candidato alcance os 50%, os dois mais votados seguem para o segundo turno.



Nesses casos, basta que o candidato consiga mais votos do que qualquer outro adversário e ele está eleito para a vaga. A vantagem pode ser de apenas um voto a mais do que o segundo colocado, não importa: ele conseguiu seu mandato.

Ah, votos brancos e nulos são desconsiderados, ou seja, apenas votos válidos são contabilizados na contagem de votos.

Fique esperto, hein! Não caia no mito de que votos nulos, caso sejam maioria, podem anular uma eleição.

No Legislativo há apenas um cargo que entra nesse grupo de votação majoritária: os senadores.

A votação para senador, em um único turno, se diferencia em dois pontos:

1. Diferente de outros cargos do Legislativo, adota o sistema majoritário;

2. Cada senador tem um mandato de oito anos e em cada estado, elegemos três senadores. Contudo, os mandatos desses senadores terminam (e são renovados) em momentos diferentes. Assim, se em 2022 elegemos apenas um senador por estado, em 2026 elegeremos dois senadores por estado.

Quer saber mais? Clique no link.

- Sistema Eleitoral Brasileiro

4.2
SISTEMA DE VOTAÇÃO PROPORCIONAL

Para presidente, governador e senador, a lógica é mais direta: vence quem obtém os votos necessários conforme as regras de cada cargo. Mas, para escolher deputados federais, estaduais e distritais, o Brasil utiliza o sistema proporcional. Nele, não importa apenas a quantidade de votos recebida por cada candidatura: a votação total do partido ou da federação também influencia o resultado.

Funciona assim: primeiro, são considerados os votos válidos dados às candidaturas e às legendas. A partir deles, a Justiça Eleitoral calcula o quociente eleitoral, dividindo o total de votos válidos pelo número de cadeiras em disputa, e o quociente partidário, que ajuda a definir quantas vagas cada partido ou federação conquista. As vagas restantes, chamadas de "sobras", são distribuídas seguindo outras regras previstas pela legislação eleitoral.

Depois de definida a quantidade de vagas de cada partido ou federação, elas são preenchidas pelas candidaturas mais votadas dentro daquele grupo, observadas as regras de desempenho mínimo. Na prática, isso significa que seu voto para deputado ajuda não apenas a candidatura escolhida, mas também o partido ou federação a que ela pertence. Por isso, vale conhecer tanto a pessoa candidata quanto a legenda da qual ela faz parte.

$$\text{Q.E.} = \frac{\text{Nº de votos válidos}}{\text{Nº de cadeiras}}$$

Achou interessante? Então dá uma olhada nos links abaixo.

- Sistema Eleitoral Brasileiro
- Eleições Proporcionais: como votos viram cadeiras no parlamento
- O que é voto de legenda?

4.3
FINANCIAMENTO ELEITORAL: QUEM BANCA? QUAIS AS REGRAS?

Fazer campanha eleitoral custa dinheiro: é preciso produzir materiais, contratar equipes, realizar eventos e divulgar propostas para chegar até os eleitores. Por isso, existem regras que definem de onde podem vir os recursos, quanto pode ser gasto e como candidatos e partidos devem prestar contas.

No Brasil, as campanhas podem ser financiadas por recursos públicos e privados. Entre as principais fontes estão o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (Fundo Eleitoral), recursos dos partidos e doações de pessoas físicas, inclusive por meio de financiamento coletivo, as famosas “vaquinhas”. Empresas não podem fazer doações para campanhas eleitorais. Além disso, candidatos e partidos precisam registrar os recursos recebidos e os gastos realizados, que são fiscalizados pela Justiça Eleitoral.

Conhecer essas regras também ajuda a acompanhar as eleições de forma mais crítica: é possível consultar informações sobre quem financiou uma campanha e como o dinheiro foi gasto. Quer entender melhor como funciona o financiamento eleitoral e saber onde consultar esses dados? Acesse os links indicados.

Quer saber mais? Clique nos links abaixo.

- Fundo Eleitoral
- Financiamento de Campanha Eleitoral: como funciona?
- Fundo Especial de Campanha Eleitoral: como funciona?
- Financiamento Coletivo nas Eleições
- Financiamento Privado de Campanhas

4.4
VOTOS BRANCOS E NULOS

Você já deve ter ouvido que, se mais da metade das pessoas votar em branco ou anular o voto, a eleição será cancelada. Isso é mito!

Votos brancos e nulos não são considerados votos válidos e não são destinados a nenhuma candidatura ou partido. Nas eleições de 2026, eles são simplesmente desconsiderados na definição do resultado. Assim, mesmo que representem mais da metade dos votos registrados, não provocam a anulação da eleição.

Na prática, ao votar em branco ou nulo, você deixa de participar da escolha entre as candidaturas que estão concorrendo. Por isso, antes de decidir seu voto, vale conhecer as opções, pesquisar propostas e buscar aquela que mais se aproxima do que você espera para o país e para o seu estado.

Quer saber mais? Clique nos links

- Votos Brancos e Nulos
- Voto Nulo: o que representa?
- Histórico dos votos brancos e nulos

5. PARTIDOS POLÍTICOS

5.1
O QUE SÃO E PARA QUE SERVEM

Os partidos políticos são organizações que reúnem pessoas em torno de ideias, propostas e visões sobre a sociedade e o governo. Eles têm um papel importante na democracia: apresentam candidaturas, organizam propostas e ajudam a transformar diferentes demandas da sociedade em projetos, leis e políticas públicas.

No Brasil, existem diversos partidos, que podem defender prioridades e posições diferentes sobre temas como economia, educação, meio ambiente, segurança e direitos sociais. Além disso, o partido não é apenas uma "sigla" ao lado do nome do candidato: ele pode influenciar diretamente o resultado das eleições, especialmente na escolha de vereadores e deputados, que utiliza o sistema proporcional.

Por isso, na hora de escolher em quem votar, vale conhecer não apenas a trajetória e as propostas da pessoa candidata, mas também o partido ao qual ela está filiada, suas principais posições e quem são seus outros candidatos e representantes.

Quer saber mais? Clique nos links abaixo.

- Partidos políticos: para que servem?
- Funções dos partidos políticos

5.2
COLIGAÇÕES E FEDERAÇÕES

Partidos políticos não precisam disputar as eleições sempre sozinhos.
Eles podem formar diferentes tipos de alianças, entre elas as coligações e as federações partidárias. Apesar de parecerem semelhantes, elas funcionam de formas diferentes.

As coligações são alianças temporárias, formadas para uma eleição específica. Em 2026, elas são permitidas apenas nas disputas majoritárias: presidente, governador e senador. Nas eleições proporcionais, para deputado federal, estadual ou distrital, não existem coligações. Depois da eleição, a aliança se encerra e os partidos seguem atuando de maneira independente.

Já as federações partidárias são alianças mais duradouras: dois ou mais partidos se unem e passam a atuar como uma única agremiação, inclusive nas eleições proporcionais. Diferentemente das coligações, essa parceria continua depois da eleição e deve durar, em regra, pelo menos quatro anos.

Na prática, isso significa que, ao votar em uma candidatura de um partido que faz parte de uma federação, é importante conhecer também quais outras siglas fazem parte dessa união.

Quer saber mais? Clique nos links abaixo.

- O que são Coligações Partidárias?
- O que é uma Federação Partidária?

6. ESCOLHENDO EM QUEM VOTAR

Você já parou para pensar em quais questões mais afetam sua vida hoje?

Pode ser a segurança do seu bairro, a qualidade da escola ou do hospital que você utiliza, o preço dos produtos, as oportunidades de trabalho ou as condições das estradas que você percorre. Nas eleições estaduais e federais, você escolherá pessoas para diferentes cargos.

Lembre-se das responsabilidades e atribuições de cada cargo discutidas no Capítulo 3 “Cargos na Prática”. Conhecer essas diferenças ajuda você a relacionar os problemas que considera importantes às responsabilidades de cada cargo. Por isso, comece identificando os temas que são importantes para você.

No âmbito estadual, podem estar questões como:

- Segurança pública e atuação das polícias;
- Escolas e ensino médio da rede estadual;
- Hospitais e serviços estaduais de saúde;
- Rodovias estaduais;
- Transporte entre municípios.

No âmbito federal, podem estar questões como:

- Previdência Social;
- Políticas nacionais de saúde;
- Universidades e institutos federais;
- Programas nacionais de transferência de renda;
- Políticas econômicas e de emprego;
- Rodovias e outras obras federais.

Agora, faça uma lista dos temas que você considera mais importantes.

Em seguida, observe quais candidatos disputam cada cargo e quais propostas apresentam para esses temas.

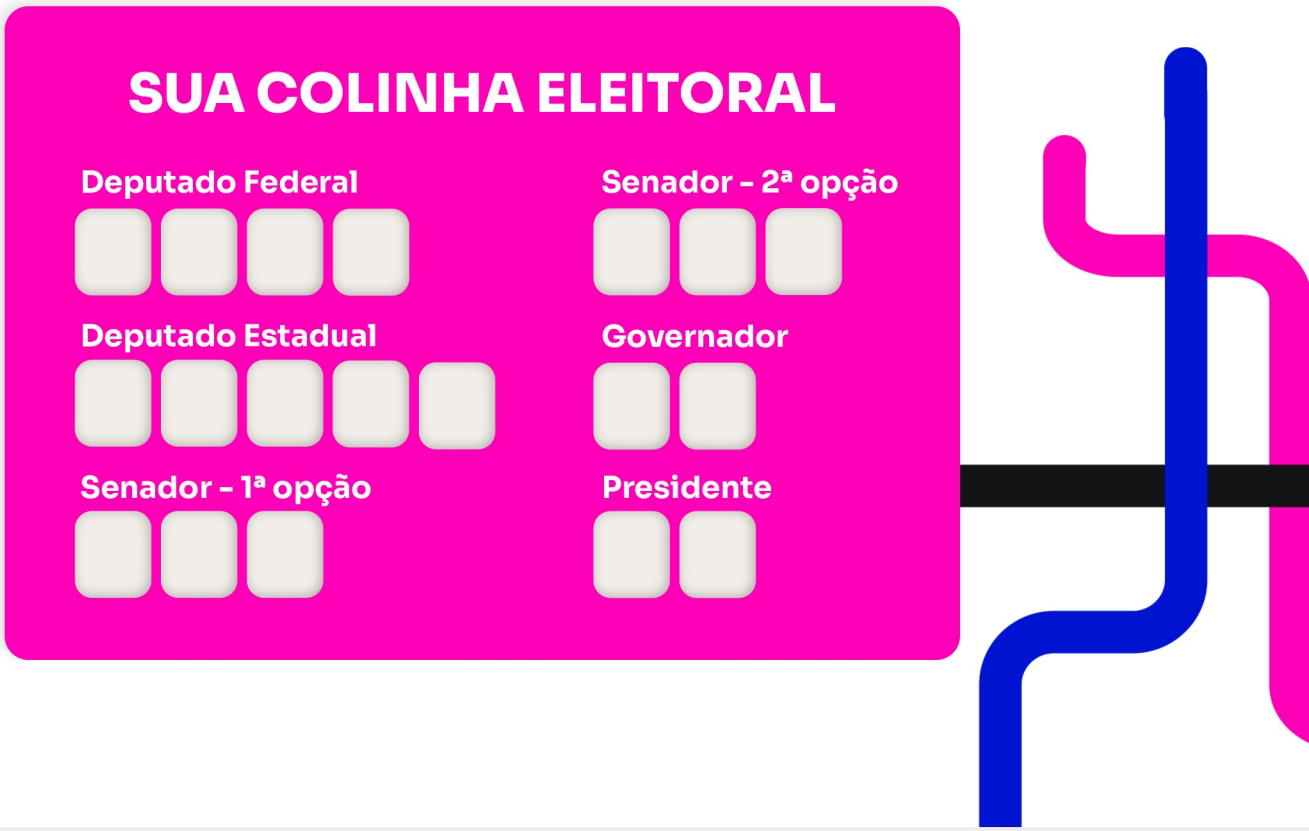
LEMBRE-SE:

Uma proposta precisa estar relacionada às atribuições do cargo. Por isso, entender o que cada governo pode fazer ajuda você a avaliar as informações e comparar as propostas antes de votar.

Em 2026, você fará seis escolhas na urna:

- **1** deputado(a) federal;
- **1** deputado(a) estadual ou distrital, no Distrito Federal;
- **2** senadores(as);
- **1** governador(a), que será eleito junto com o(a) vice-governador(a);
- **1** presidente da República, que será eleito junto com o(a) vice-presidente.

Saber o que cada cargo faz é um primeiro passo para analisar as propostas apresentadas pelos candidatos e entender quais questões estão relacionadas a cada escolha.



6.1
DEFINA SUAS PRIORIDADES E CONHEÇA OS(AS) CANDIDATOS(AS)

Diante de tantos temas, quais são os mais importantes para você?

Pense nas questões que mais afetam sua vida, sua família ou sua comunidade. Pode ser a segurança, a educação, a saúde, o transporte ou as estradas que você utiliza.

No âmbito estadual, você pode pensar, por exemplo:

- **Segurança:** você se sente seguro para sair, trabalhar e voltar para casa?
- **Educação:** as escolas estaduais têm boas condições para alunos e professores?
- **Saúde:** você consegue atendimento quando precisa de um hospital ou serviço estadual?
- **Estradas:** as rodovias estaduais estão em boas condições para quem precisa utilizá-las?
- **Transporte:** é fácil e seguro viajar entre os municípios do estado?

No âmbito federal, considere também questões como:

- **Previdência:** você consegue acessar informações e benefícios como aposentadoria e pensão?
- **Saúde:** consegue acessar os serviços e programas de saúde oferecidos pelo SUS?
- **Educação:** há universidades e institutos federais acessíveis para quem deseja estudar?
- **Renda:** os programas federais de apoio à renda chegam a quem precisa?
- **Trabalho e renda:** existem oportunidades de trabalho e geração de renda na sua região?
- **Infraestrutura:** as rodovias federais e outras obras atendem às necessidades de quem utiliza esses serviços?

Agora, escolha os temas que você considera mais importantes.

Pense naqueles que gostaria de ver entre as principais discussões das eleições estaduais e federais. Depois de definir suas prioridades, é hora de conhecer os candidatos.

Para cada tema escolhido, pergunte:

- **O que o(a) candidato(a) propõe?** A proposta é clara?
- **Ele(a) pode agir sobre esse tema?** A questão está entre as atribuições do cargo?
- **Como pretende fazer?** O(A) candidato(a) apresenta ações para colocar a proposta em prática?
- **Quem é o(a) candidato(a)?** Conheça sua trajetória, experiência e atuação pública.
- **As informações são transparentes?** É possível consultar informações sobre sua candidatura, propostas e atuação?

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reúne informações sobre candidaturas, partidos e contas eleitorais no **DivulgaCandContas.** Use essa ferramenta para conferir informações oficiais sobre os(as) candidatos(as). Quer conferir essas informações?

Para cada candidato(a), verifique quais propostas estão relacionadas às suas prioridades. Quando tiver dúvidas, sempre que possível, compare a informação em mais de uma fonte. E verifique se a fonte apresenta de onde os dados foram obtidos.

- **Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral (TRE):** informações oficiais sobre candidaturas e eleições;
- **Câmara dos Deputados e Senado:** atuação de quem já exerceu mandato federal;
- **Assembleia Legislativa:** atuação de quem já exerceu mandato estadual;
- **Portais de Transparência:** informações sobre recursos públicos e ações dos governos;
- **Sites oficiais dos candidatos:** propostas e compromissos apresentados pelas candidaturas;
- **Fontes jornalísticas e serviços de checagem:** informações e verificação de declarações públicas.

7. URNAS ELETRÔNICAS

A urna eletrônica é o equipamento usado para registrar os votos nas eleições brasileiras. Ela permite que a pessoa eleitora escolha suas candidaturas de forma digital, sem usar cédulas de papel. Depois da votação, os votos são registrados e os resultados são enviados para a totalização pela Justiça Eleitoral, seguindo procedimentos de segurança e auditoria.

7.1 AS URNAS SÃO SEGURAS?

As urnas eletrônicas fazem parte das eleições brasileiras há décadas. Mas você já se perguntou: **como a segurança das urnas é verificada?**

A Justiça Eleitoral adota diferentes medidas para proteger o sistema de votação e permitir sua fiscalização. Essas medidas acompanham várias etapas do processo eleitoral.

O sistema é testado antes das eleições. Especialistas, instituições e entidades fiscalizadoras podem participar de diferentes etapas de verificação.

Uma delas é o **Teste Público de Segurança (TPS),** regulamentado pela Resolução-TSE nº 23.444/2015. Nesses testes, especialistas procuram identificar possíveis falhas nos sistemas eleitorais. A ideia é encontrar problemas e aprimorar a segurança antes das eleições.

Os participantes também podem retornar ao TSE para verificar as correções realizadas.

O código-fonte também pode ser fiscalizado.

O código-fonte é o conjunto de instruções que dá origem aos programas utilizados no sistema eleitoral. Para as Eleições 2026, esses códigos estão disponíveis para inspeção desde outubro de 2025. Instituições e entidades fiscalizadoras podem analisar os sistemas e contribuir para a verificação do processo.

Clique aqui e veja as fotos da inspeção do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).

E o que acontece no dia da votação?

A Justiça Eleitoral também realiza auditorias durante a eleição. Entre elas está o **Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas.** Nesse procedimento, votos previamente preenchidos são digitados na urna. Depois, os resultados são comparados para verificar se a urna registra corretamente os votos inseridos.

Também existe o **Teste de Integridade com Biometria.**

Nesse caso, eleitoras e eleitores voluntários podem participar da habilitação da urna usando sua biometria, conforme as regras estabelecidas pela Justiça Eleitoral.

Além disso, existem outras formas de auditoria.

É possível, por exemplo:

- Verificar a assinatura digital dos sistemas;
- Conferir o resumo digital dos arquivos;
- Comparar o boletim de urna com os dados recebidos pelo sistema de totalização;
- Verificar a integridade dos sistemas instalados nas urnas;
- Realizar outras verificações previstas pela Justiça Eleitoral.

E a urna fica conectada à internet?

Não.

A urna eletrônica não funciona conectada à internet durante a votação.
Ela conta com diferentes mecanismos de segurança, como criptografia, assinatura digital e lacres físicos.

O sistema também verifica a autenticidade de seus componentes e pode interromper o funcionamento caso identifique uma alteração não autorizada. Por isso, a segurança da votação não depende de uma única medida, mas de um conjunto de mecanismos de proteção, testes, auditorias e formas de fiscalização.

Quer saber mais?

O **Tribunal Superior Eleitoral (TSE)** disponibiliza informações sobre a segurança das urnas eletrônicas, os testes realizados e as formas de auditoria do sistema eleitoral.

Acesse as informações oficiais do TSE sobre as Eleições 2026 neste link.

Você também pode conhecer uma explicação sobre o tema produzida pela **Politize!,** que apresenta, em linguagem acessível, os principais mecanismos de segurança, fiscalização e auditoria das urnas.

Leia o conteúdo da Politize! pelo seguinte link:

- As urnas eletrônicas são seguras?

7.2
CONTAGEM E TOTALIZAÇÃO DOS VOTOS

Você já entendeu como a urna eletrônica funciona. Mas sabe o que acontece com os votos depois que a votação termina?

Ao final da votação, a urna encerra o registro de novos votos e emite o **Boletim de Urna (BU).** Esse documento mostra a quantidade de votos registrados naquela seção, incluindo votos para cada candidatura, votos brancos e votos nulos. Uma via do boletim é afixada na seção eleitoral, permitindo que as pessoas confiram os resultados daquela urna. Depois, os dados são gravados em uma mídia de resultado.

Os arquivos são assinados digitalmente e o Boletim de Urna também é criptografado. Em seguida, a mídia é encaminhada para transmissão aos sistemas da Justiça Eleitoral.

E como os votos chegam até a totalização?

Os dados são transmitidos por uma rede privativa de comunicação da Justiça Eleitoral. Eles passam por verificações de autenticidade e integridade antes de serem utilizados na totalização. A urna eletrônica não se conecta à internet para realizar essa transmissão. Na etapa de totalização, os sistemas recebem os boletins de urna, verificam sua autenticidade, decifram os dados necessários e somam os resultados de todas as seções eleitorais. É essa soma que permite chegar ao resultado da eleição.

Os resultados podem ser acompanhados durante a totalização. Nas Eleições 2026, o TSE também disponibilizará os boletins de urna enviados para a totalização, permitindo comparar esses dados com os boletins obtidos nas próprias seções eleitorais.

E depois da totalização?

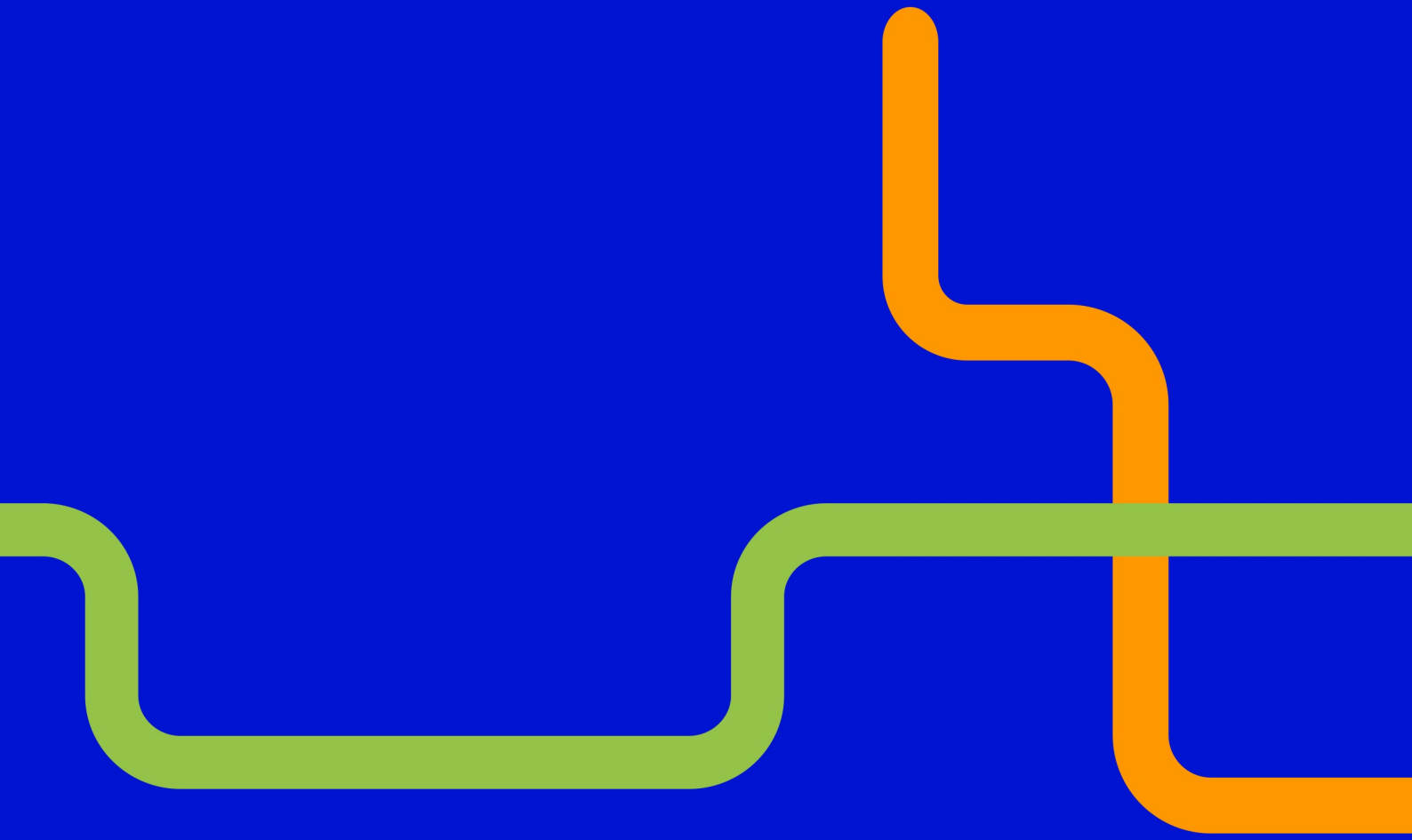
A fiscalização não termina quando os resultados são divulgados.

Partidos, federações, candidaturas e outras entidades fiscalizadoras podem acompanhar e solicitar informações sobre os procedimentos de transmissão e totalização. A legislação também prevê acesso a diferentes arquivos e relatórios para fins de auditoria.

Por isso, a transparência está presente em diferentes etapas: desde a emissão do Boletim de Urna até a transmissão, a totalização, a divulgação dos resultados e as possibilidades de fiscalização.

Contar os votos significa somar os votos registrados nas urnas.

Totalizar é reunir esses resultados de todas as seções eleitorais para chegar ao resultado da eleição.

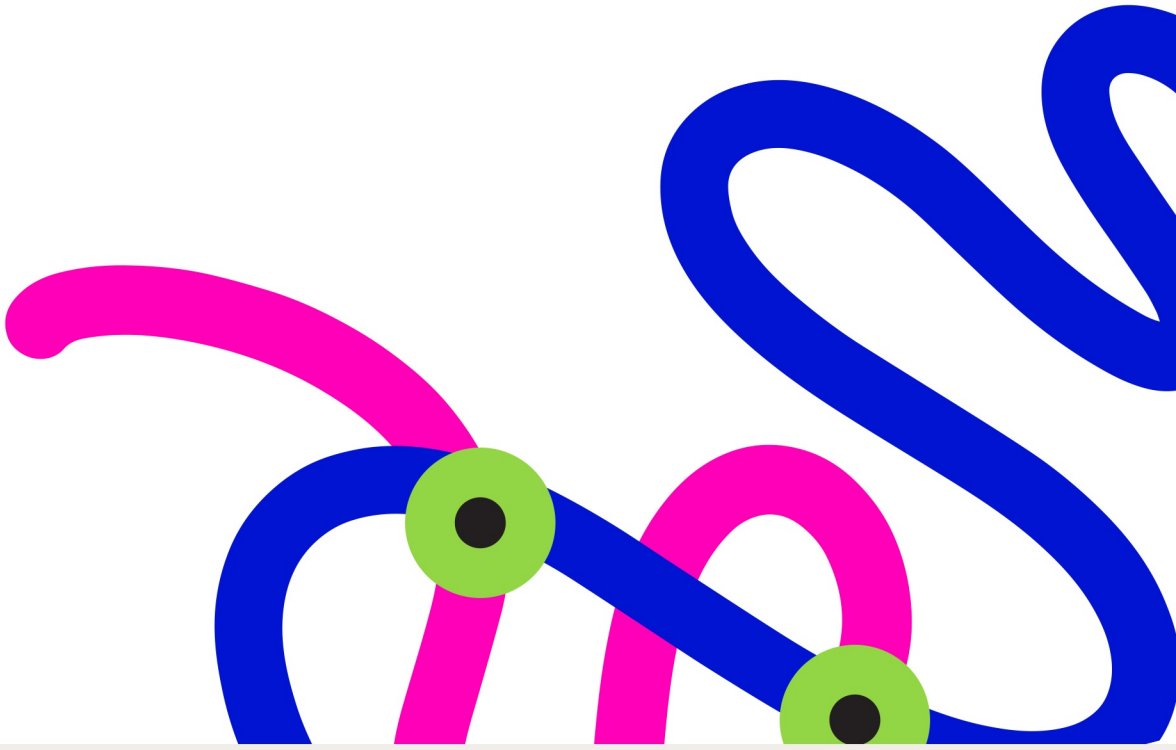


8. VOTEI, E AGORA?

A eleição terminou. E agora?

Depois de escolher quem vai representar você, começa outra etapa: acompanhar o trabalho de quem foi eleito(a)

- As propostas apresentadas durante a campanha serão colocadas em prática?
- O que foi prometido está sendo realizado?
- E o que está acontecendo com os temas que você considera importantes?



8.1
COMO ACOMPANHAR AS PESSOAS ELEITAS?

Para acompanhar essas questões, você pode usar diferentes canais e fontes de informação.

1. **Portais da Transparência:** permitem consultar informações sobre como os recursos públicos são arrecadados e utilizados. Neles, você pode encontrar dados sobre receitas, despesas, contratos, obras e outras ações do governo.

2. **Audiências públicas:** são espaços em que o poder público apresenta ou discute temas de interesse da sociedade. Dependendo das regras de cada órgão, você pode acompanhar os debates, fazer perguntas e apresentar sugestões ou contribuições.

3. **Conselhos e espaços de participação social:** permitem acompanhar e discutir políticas públicas em diferentes áreas. Nesses espaços, representantes da sociedade e do poder público podem apresentar propostas, acompanhar ações e participar das discussões.

4. **Ouvidorias:** são canais para registrar reclamações, sugestões, solicitações, elogios ou denúncias relacionadas aos serviços públicos. Para utilizá-las, procure a ouvidoria do órgão responsável pelo serviço ou atendimento.

5. **Tribunais de Contas:** fiscalizam a aplicação de recursos públicos e analisam contas, contratos e outros atos da administração, dentro de suas competências. Você pode consultar informações, relatórios e decisões nos sites dos Tribunais de Contas.

6. **Ministério Público:** pode receber denúncias e representações sobre possíveis irregularidades e atuar nas situações previstas em suas atribuições. Dependendo do caso, você pode procurar o Ministério Público do estado ou o Ministério Público da União.

7. **Lei de Acesso à Informação (LAI):** permite solicitar informações públicas aos órgãos e entidades do poder público, respeitadas as hipóteses legais de sigilo. Se você não encontrar uma informação que procura, pode fazer um pedido pelo canal de acesso à informação do órgão responsável.

8. **Dados públicos e dados abertos:** são informações disponibilizadas por órgãos públicos para consulta e utilização. Esses dados podem ajudar você a acompanhar políticas públicas, gastos, serviços e resultados. O TSE, por exemplo, disponibiliza dados eleitorais para consulta pública.

9. **Sites e redes sociais oficiais:** podem ajudar você a acompanhar ações, decisões, projetos e atividades de governos, órgãos públicos e pessoas eleitas.

Use esses canais para acompanhar as informações, mas, quando possível, confira os dados em fontes oficiais e independentes.

Acompanhar também é participar!

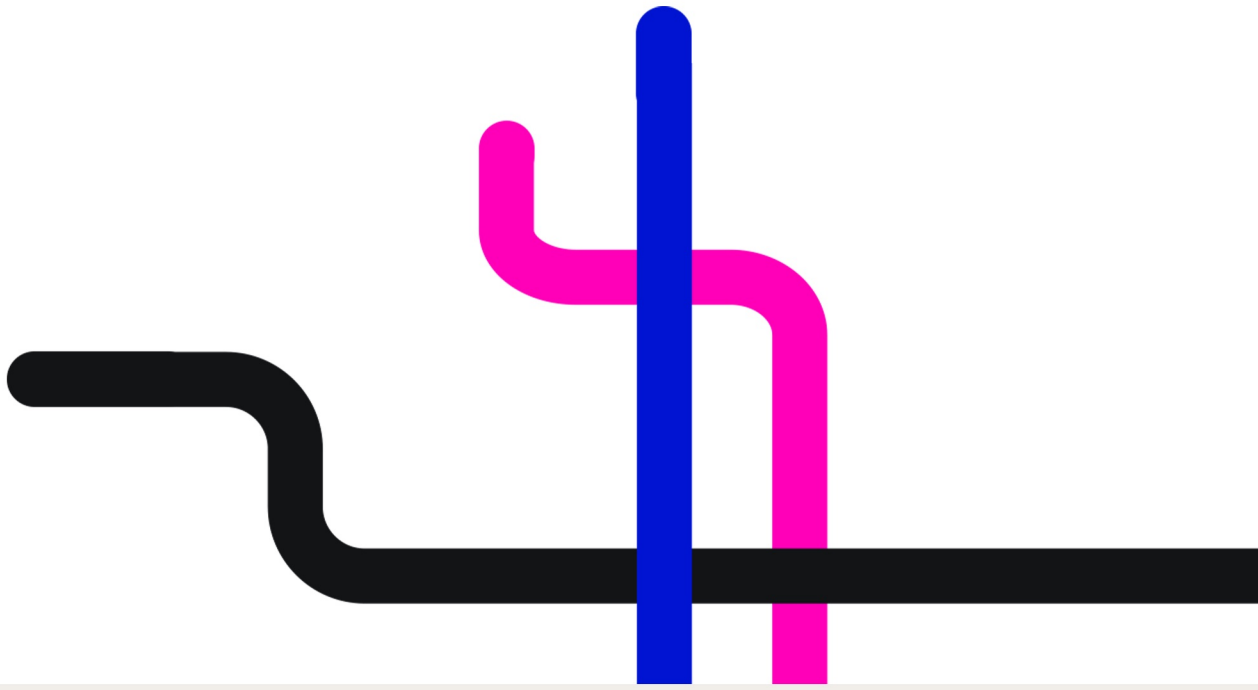
Você não precisa esperar a próxima eleição para acompanhar o trabalho de quem foi eleito(a). Escolha alguns temas que são importantes para você e acompanhe o que acontece com eles ao longo do mandato. Verifique o que foi proposto, quais ações foram realizadas, quanto foi investido e quais resultados foram alcançados. Acompanhar não significa apenas observar.

Quando encontrar uma dúvida, um problema ou uma informação que precisa ser esclarecida, utilize os canais disponíveis para buscar respostas e participar. Seu papel nas eleições não termina quando você confirma seu voto. Participar também é acompanhar, buscar informações e cobrar respostas.

8.2 CIDADANIA NA PRÁTICA

Acompanhar quem foi eleito é importante**. Mas você também pode participar diretamente das discussões sobre os assuntos que afetam sua vida e sua comunidade.**

Existem diferentes formas de fazer isso. Algumas acontecem em espaços institucionais e outras envolvem organizações, movimentos, comunidades e iniciativas da sociedade.



18 FORMAS DE EXERCER SUA CIDADANIA PARA ALÉM DO VOTO!

1. **Estude sobre política e cidadania.** Você não precisa fazer uma faculdade para começar. Cursos, plataformas e sites de educação política podem ajudar você a entender melhor as instituições, as eleições e as políticas públicas. A Politize! também oferece conteúdos gratuitos para quem quer aprender mais sobre política e cidadania.

2. **Participe de iniciativas de educação política.** Além de estudar por conta própria, você pode participar de projetos de formação cidadã. A Politize!, por exemplo, oferece iniciativas voltadas à formação de pessoas interessadas em compreender melhor a política e participar da vida pública. Conheça as opções disponíveis e veja qual faz sentido para você.

3. **Acompanhe as audiências públicas.** Assembleias Legislativas, Câmara dos Deputados, Senado Federal e outros órgãos realizam audiências públicas, sessões e reuniões para discutir políticas públicas e temas de interesse da sociedade. Dependendo das regras, você pode acompanhar os debates e apresentar perguntas ou contribuições. A maioria das audiências disponibiliza transmissão ao vivo em canais oficiais no YouTube ou em TVs públicas (como a TV Câmara ou TV Justiça).

4. **Participe de conselhos e espaços de participação social.** Conselhos e outros espaços reúnem representantes da sociedade e do poder público para discutir políticas públicas em diferentes áreas. Informe-se sobre quais existem no seu estado ou em âmbito nacional e como participar. Exemplo: os Conselhos Estaduais de Educação reúnem representantes do poder público e da sociedade para discutir e acompanhar políticas educacionais. No âmbito federal, o Conselho Nacional de Educação (CNE) participa da formulação e avaliação de políticas educacionais e presta assessoramento ao Ministério da Educação.

5. **Acompanhe a elaboração e a execução do orçamento público.** O orçamento define como os recursos públicos serão arrecadados e utilizados. Acompanhar esse processo ajuda a entender quais áreas recebem recursos e como eles são aplicados.

6. **Acompanhe políticas públicas do seu estado e do governo federal.** Escolha temas importantes para você, como saúde, educação, segurança, trabalho ou infraestrutura. Depois, acompanhe as ações, programas, metas e resultados divulgados pelos órgãos responsáveis.

7. **Organize ou participe de iniciativas de acompanhamento cidadão.** Grupos, organizações e observatórios podem reunir informações públicas e acompanhar políticas, serviços e ações governamentais. Você também pode participar de iniciativas já existentes. Exemplo: você pode participar de um observatório ou iniciativa que acompanhe temas como orçamento público, educação, saúde, meio ambiente ou atuação do Poder Legislativo. Também pode conhecer projetos já existentes, como os desenvolvidos pela Transparência Brasil.

8. **Consulte os Portais da Transparência.** Neles, você pode encontrar informações sobre receitas, despesas, contratos, transferências, obras e outras ações do poder público. Consulte os portais oficiais do governo federal e do seu estado.

9. **Acompanhe o trabalho do Poder Legislativo.** Você pode acompanhar as atividades da Assembleia Legislativa, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Consulte projetos, votações, sessões, comissões e outras atividades parlamentares.

10. **Participe de conferências e outros espaços de debate**. Conferências e encontros públicos podem discutir propostas para diferentes áreas das políticas públicas. Informe-se sobre os eventos realizados no seu estado e em âmbito nacional.

11. **Opine sobre projetos de lei e consultas públicas.** Alguns órgãos disponibilizam plataformas digitais para que a sociedade acompanhe propostas e apresente opiniões ou contribuições. O Senado Federal, por exemplo, oferece diferentes formas de participação pelo Portal e-Cidadania.

12. **Solicite informações públicas.** Se você não encontrar uma informação que procura, pode fazer um pedido com base na Lei de Acesso à Informação (LAI). Procure o canal oficial de acesso à informação do órgão responsável.

13. **Utilize as ouvidorias públicas.** As ouvidorias recebem reclamações, sugestões, solicitações, elogios e denúncias relacionadas aos serviços e à atuação dos órgãos públicos. Procure a ouvidoria responsável pelo assunto que deseja registrar.

14. **Participe de manifestações e outros atos democráticos.** Manifestações são uma forma de expressar opiniões e reivindicações sobre assuntos públicos. Você pode participar respeitando os direitos das demais pessoas e as regras aplicáveis.

15. **Participe de coletivos, organizações e movimentos sociais.** Você pode se envolver com grupos que atuam em temas importantes para você. A participação pode acontecer em reuniões, projetos, campanhas, ações voluntárias ou outras atividades.

16. **Participe de espaços estudantis.** Se você estuda, pode participar de grêmios, centros acadêmicos, diretórios estudantis ou outras formas de representação. Esses espaços também são oportunidades para exercer a participação coletiva.

17. **Seja mesário(a) voluntário(a).** Você pode participar da organização das eleições e contribuir para o funcionamento das seções eleitorais. A Justiça Eleitoral disponibiliza informações sobre as funções e as formas de participação.

18. **Conheça e participe dos partidos políticos.** Você pode conhecer os programas, propostas e regras dos partidos. Se tiver interesse, também pode participar de suas atividades e espaços de decisão. A filiação partidária é necessária para quem pretende se candidatar a um cargo eletivo.

9.
FAQ ELEITORAL

Ficou com alguma dúvida sobre as eleições?

Não tem problema! Você pode acessar o **portal da Politize!** para encontrar mais conteúdos sobre política e eleições. Para dúvidas específicas sobre o processo eleitoral, consulte também o **FAQ Eleitoral do TSE.**

FAQ - Perguntas Frequentes
— Tribunal Superior Eleitoral (tse.jus.br)

Foi um prazer percorrer esse caminho com você. Valeeeu!

Até a próxima,
Equipe Politize!.

Entre em contato com a Politize!
contato@politize.com.br

Confira nossas mídias sociais e sites!

- politize.org
- www.politize.com.br
- www.politize.org.mx
- www.politize.com.co
- www.politize.org.ar
- @_politize
- Politize! LATAM
- @Politize
- @Politize
- Tik Tok
- Flickr
- Spotify

POLITIZE!

Parceiro de divulgação:

ESação